

ARNALDO
RIZZARDO

DIREITO DO AGRONEGÓCIO

7^a
edição revista e
atualizada



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 06.02.2023

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ A obra *Direito Agrário* passou a ser publicada pela Editora Forense, como *Direito do Agronegócio*, a partir da 4ª edição.

■ Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

R529d

7. ed.

Rizzardo, Arnaldo, 1942-

Direito do agronegócio / Arnaldo Rizzardo. - 7. ed., rev., atual. - Rio de Janeiro : Forense, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-596-4718-7

1. Direito agrário - Brasil. 2. Agroindústria - Brasil. I. Título.

22-81435

CDU: 349.42(81)



Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472



Sumário

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO I – DIREITO AGRÁRIO | 1 |
| 1. A Definição de Direito Agrário | 1 |
| 2. Direito Agrário ou Direito Rural e Autonomia Legislativa | 2 |
| 3. Objeto do Direito Agrário e Atividade Agrária | 3 |
| 4. Caracterização e Natureza do Direito Agrário | 4 |
| 5. Princípios e Fontes do Direito Agrário | 5 |
| 6. Relação do Direito Agrário com Outros Ramos do Direito | 7 |
| 7. A Origem do Direito Agrário | 8 |
| 8. Uma Visão do Direito de Propriedade Através dos Tempos | 10 |
| 9. O Sistema da Propriedade Rural desde os Primórdios do Direito Brasileiro | 10 |
| 10. As Tentativas de Codificação e a Autonomia do Direito Agrário | 13 |
| 11. A Política Agrícola | 14 |
| | |
| CAPÍTULO II – O IMÓVEL RURAL | 21 |
| 1. A Função Social da Propriedade | 21 |
| 2. A Função Social e a Utilização Racional e Adequada da Propriedade | 23 |
| 3. Imóvel Rural | 25 |
| 4. Tributo Incidente em Imóvel Localizado em Zona Urbana, mas com Destinação Rural | 27 |
| 5. Latifúndio | 32 |
| 6. Minifúndio | 33 |
| 7. Módulo Rural, Módulo Fiscal e Fração Mínima de Parcelamento | 34 |
| 7.1. Módulo rural – MR | 34 |
| 7.2. Módulo fiscal – MF | 36 |
| 7.3. Fração Mínima de Parcelamento – FMP | 39 |
| 8. Zona Típica de Módulo – ZTM | 41 |
| 9. Propriedade Familiar | 43 |

| | |
|--|----|
| 10. Tamanho da Propriedade Rural, ou Pequena, Média e Grande Propriedade Rural... | 44 |
| 11. A Pequena e Média Propriedade e sua Proteção..... | 47 |
| 12. A Pequena e Média Propriedade e a Reforma Agrária..... | 48 |
| 13. Desmembramentos de Imóveis Rurais..... | 51 |
| 14. O Georreferenciamento e o Sistema Geodésico Brasileiro..... | 54 |
| 14.1. A ideia e a finalidade..... | 54 |
| 14.2. A regulamentação..... | 55 |
| 14.3. Prazo para o georreferenciamento | 57 |
| 14.4. O Sistema Geodésico Brasileiro..... | 60 |
| 15. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR | 61 |
| 16. Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR..... | 67 |
| 17. Retificação Administrativa de Área | 69 |
| 17.1. Casos de retificação administrativa | 69 |
| 17.2. Requisitos para o pedido | 70 |
| 17.3. A tramitação cartorária | 71 |
| 17.4. Remanescentes de áreas alienadas e retificação de divisas por confrontantes..... | 72 |
| 17.5. Hipóteses de dispensa de retificação..... | 73 |
| 17.6. Retificação para aumentar a extensão da área..... | 74 |
| 18. Reforma Agrária..... | 75 |
| 18.1. Conceituação na Constituição Federal e no Estatuto da Terra | 75 |
| 18.2. Objeto e metas da reforma agrária..... | 75 |
| 18.3. A política de socialização da terra..... | 77 |
| 18.4. Rumos atuais na exploração da terra e o sistema da reforma agrária | 77 |
| 18.5. A propriedade produtiva | 78 |
| 18.6. Estimativa do Grau de Eficiência de Exploração – GEE..... | 83 |
| 18.7. A metodologia para aferir a produtividade da terra..... | 83 |
| 18.8. Graus de utilização e de eficiência para caracterizar a produtividade do imóvel..... | 84 |
| 18.8.1. Quanto ao grau de utilização..... | 84 |
| 18.8.2. Quanto ao grau de eficiência na exploração..... | 88 |
| 19. Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária..... | 93 |
| 19.1. O alcance do interesse social e da função social | 93 |
| 19.2. Terras insuscetíveis de desapropriação..... | 93 |
| 19.3. Imóveis destinados à reforma agrária e suscetíveis de desapropriação..... | 95 |
| 19.4. Imóveis rurais e sua localização | 98 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 19.5. | A justa indenização | 99 |
| 19.6. | Juros compensatórios na desapropriação para fins de reforma agrária | 103 |
| 19.7. | Condições para o assentamento | 110 |
| 19.8. | Pessoas excluídas em programa de reforma agrária de imóveis desapropriados | 117 |
| 19.9. | Imóvel remanescente à área desapropriada | 118 |
| 19.10. | Vistoria do imóvel para fins de reforma agrária..... | 118 |
| 19.11. | Desapropriação para fins de reforma agrária por descumprimento da função social de preservação do meio ambiente..... | 122 |
| 19.12. | Desapropriação e invasões da área..... | 125 |
| 19.13. | Competência para a desapropriação para fins de reforma agrária | 127 |
| 19.14. | O procedimento da ação de desapropriação para fins de reforma agrária ... | 128 |
| 19.15. | A ação que discute o preenchimento dos requisitos para a desapropriação e suspensão da imissão de posse | 133 |
| 20. | Terras Devolutas como Bens Públicos..... | 135 |
| 20.1. | A origem do sentido de terras devolutas..... | 135 |
| 20.2. | Caracterização e alcance..... | 135 |
| 20.3. | Terras devolutas e terras sem dono ou sem matrícula imobiliária | 137 |
| 20.4. | Terras devolutas, a posse por ocupantes, e a necessidade de cadastro e de discriminação..... | 139 |
| 20.5. | Terras devolutas arrecadadas..... | 142 |
| 20.6. | Inclusão das terras devolutas como bens públicos..... | 143 |
| 21. | A Proteção Possessória e o Descumprimento da Função Social da Propriedade Rural..... | 144 |
| 22. | Direito de Superfície Agrária..... | 148 |
| 23. | Licenciamento Ambiental para a Atividade Agrária..... | 151 |
| 24. | Queimadas para Atividades Agrícolas | 156 |
| 24.1. | O alcance das queimadas..... | 156 |
| 24.2. | A legislação..... | 157 |
| 24.3. | Visão da jurisprudência do STJ sobre a matéria | 163 |
| 24.4. | Indeferimento do pedido de queima controlada por motivo de poluição ... | 165 |
| 25. | Áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito e de Destinações Especiais..... | 166 |
| 25.1. | Caracterização e especificação das Áreas de Preservação Permanente..... | 166 |
| 25.2. | Tratamento para situações especiais das Áreas de Preservação Permanente | 172 |
| 25.3. | Criação de Áreas de Preservação Permanente | 173 |
| 25.4. | Regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente..... | 174 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 25.5. | Atividades rurais em áreas consolidadas de preservação permanente e recomposição..... | 176 |
| 25.6. | Recomposição de Áreas de Preservação Permanente de até quatro módulos fiscais e de áreas destinadas à reforma agrária | 181 |
| 25.7. | Áreas de uso restrito | 181 |
| 25.8. | Uso ecológico sustentável dos apicuns e salgados..... | 183 |
| 25.9. | Supressão de vegetação nativa para o uso alternativo do solo..... | 184 |
| 26. | Área de Reserva Legal ou Ambiental..... | 185 |
| 26.1. | Motivações que levaram à Reserva Legal ou ambiental | 185 |
| 26.2. | A compreensão da área de Reserva Legal ou ambiental | 186 |
| 26.3. | Fatores que influem na localização da área de Reserva Legal | 188 |
| 26.4. | As dimensões de áreas a serem preservadas na Reserva Legal ou ambiental.. | 189 |
| 26.5. | Condições relativas à constituição de áreas de Reserva Legal..... | 189 |
| 26.6. | A utilização da área de Reserva Legal..... | 190 |
| 26.7. | Redução da área de Reserva Legal | 192 |
| 26.8. | Áreas excluídas de constituição de Reserva Legal e inclusão de espécies frutíferas e exóticas para a composição da vegetação..... | 193 |
| 26.9. | Redução ou aumento da área de Reserva Legal dos Estados indicada pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE estadual | 194 |
| 26.10. | Casos do cômputo da Área de Preservação Permanente para a composição da área de Reserva Legal..... | 194 |
| 26.11. | A especialização e o registro da Reserva Legal ou ambiental..... | 195 |
| 26.11.1. | Regulamentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR..... | 200 |
| 26.12. | Áreas consolidadas em áreas de Reserva Legal | 206 |
| 26.13. | Autorização para a exploração de florestas nativas ou sucessoras não integrantes de áreas de Reserva Legal | 209 |
| 26.14. | Penalidades para aqueles que se omitem em encaminhar o registro da área de Reserva Legal e dispensa de autuações..... | 211 |
| 26.15. | Regulamentação do programa de regularização de áreas rurais devastadas... | 212 |
| 27. | Áreas Rurais de Preservação Permanente e de Reserva Legal com Isenção do Imposto Territorial Rural | 217 |
| 28. | Recomposição, Regeneração e Compensação de Áreas de Reserva Ambiental ou Legal..... | 219 |
| 29. | A Instituição de Servidão Ambiental ou de Cota de Reserva Ambiental em outro Imóvel para Fins de Reserva Legal..... | 223 |
| 30. | Transferência da Obrigação de Implantar a Reserva Legal ou Ambiental ao Adquirente do Imóvel..... | 228 |
| 31. | A Condição do Prévio Registro da Área de Reserva Legal ou Ambiental para Atos de Transmissão e Desmembramento do Imóvel..... | 232 |

| | |
|--|-----|
| 32. Legitimidade do Adquirente do Imóvel para Responder na Ação de Reparação por Danos Ambientais..... | 235 |
| 33. Colonização | 238 |
| 33.1. Compreensão | 238 |
| 33.2. Objetivos..... | 239 |
| 33.3. Colonização de terras públicas e de terras particulares | 240 |
| 33.4. O projeto de colonização..... | 242 |
| 34. Transformação de Imóveis Rurais em Urbanos para Fins de Loteamento..... | 243 |
| 35. Loteamento e Desmembramento de Imóveis Rurais..... | 246 |
| 35.1. Conceito e regulamentação..... | 246 |
| 35.2. Desmembramentos de imóveis rurais para utilização comercial, industrial e comunitária | 248 |
| 36. A Discriminação das Terras Públicas..... | 250 |
| 36.1. Propósito visado com a discriminação..... | 250 |
| 36.2. Panorama da legislação..... | 250 |
| 36.3. Terras objeto da discriminação | 251 |
| 36.4. O procedimento administrativo..... | 252 |
| 36.5. O procedimento judicial..... | 254 |
| 37. Legitimação de Posse agrária..... | 256 |
| 38. Regularização de Posse em Terras Rurais | 260 |
| 39. Regularização de Posse na Amazônia Legal | 263 |
| 40. Usucapião de Terras Rurais..... | 268 |
| 40.1. Usucapião pró-labore do Estatuto da Terra | 268 |
| 40.2. Usucapião especial de terras rurais e sistemas legais vigentes para o seu reconhecimento | 270 |
| 40.3. Sistema legal aplicável para a usucapião de terras rurais | 271 |
| 40.4. Requisitos para a usucapião de terras rurais..... | 272 |
| 40.5. O procedimento judicial da usucapião especial rural | 276 |
| 40.6. Usucapião cartorária extrajudicial | 279 |
| 40.7. Usucapião especial rural como matéria de defesa e com reconhecimento de domínio | 286 |
| 40.8. A isenção do Imposto Territorial Rural..... | 287 |
| 41. Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros..... | 288 |
| 42. Terrenos de Marinha | 292 |
| 43. Terras Indígenas | 297 |
| 43.1. As terras ocupadas pelos indígenas | 297 |
| 43.2. As terras indígenas como direito constitucional..... | 298 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 43.3. | O tratamento dado pela jurisprudência para a caracterização das terras indígenas..... | 300 |
| 43.4. | A regulamentação pelo Estatuto do Índio..... | 304 |
| 43.5. | A demarcação das terras e a usucapião indígena | 304 |
| 44. | Terras Situadas na Faixa de Fronteira..... | 307 |
| 44.1. | Elementos formativos e tratamento legal..... | 307 |
| 44.2. | Relação da faixa de fronteira com a segurança nacional..... | 309 |
| 44.3. | Providências registrárias | 313 |
| 44.4. | Alienação, pelos Estados, de terras devolutas localizadas na faixa de fronteira e impossibilidade da desapropriação | 313 |
| 44.5. | A declaração de nulidade da desapropriação de terras devolutas da União transferidas a particular por Estado não titular | 315 |
| 45. | A Impenhorabilidade do Imóvel Rural | 318 |
| 45.1. | Conceitos de institutos relativamente ao tamanho da propriedade rural.... | 318 |
| 45.2. | A impenhorabilidade da pequena propriedade | 319 |
| 45.3. | A impenhorabilidade da moradia em imóvel rural e da pequena propriedade rural..... | 320 |
| 45.4. | Invalidade da renúncia ao direito da impenhorabilidade | 323 |
| 46. | O Direito das Águas no Direito Agrário | 324 |
| 46.1. | A lei aplicável em matéria de águas | 324 |
| 46.2. | Águas públicas | 325 |
| 46.2.1. | A abrangência das águas públicas..... | 325 |
| 46.2.2. | A utilização particular da água para as necessidades comuns de pequenos núcleos populacionais e as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes | 328 |
| 46.2.3. | A utilização particular das águas para finalidades rurais | 329 |
| 46.2.4. | A outorga de água para a irrigação na agricultura | 331 |
| 46.2.5. | O pagamento pelo uso de água | 334 |
| 46.2.6. | O sentido do caráter de domínio público das águas | 336 |
| 46.3. | Águas particulares..... | 338 |
| 46.4. | Aqueduto ou canalização de águas | 339 |
| 46.5. | Águas supérfluas das correntes comuns e das nascentes | 343 |
| 46.6. | Fluxo das águas pelo prédio inferior ou do escoamento natural das águas.. | 347 |
| 46.7. | Aproveitamento das águas pluviais..... | 350 |
| 46.8. | Tirada de águas..... | 350 |
| 46.9. | Tomada de água..... | 352 |
| 46.10. | Escoamento de águas estagnadas | 352 |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO III – CONTRATOS AGRÁRIOS | 353 |
| 1. Parceria e Arrendamento Rural..... | 353 |
| 1.1. Conceitos e caracterização | 353 |
| 1.2. Leis regulamentadoras..... | 356 |
| 1.3. Natureza dos contratos | 357 |
| 1.4. Forma dos contratos | 358 |
| 1.5. Prazos de duração | 359 |
| 1.5.1. Prazos mínimos para o arrendamento..... | 359 |
| 1.5.1.1. Arrendamento de lavouras e atividades de exploração florestal..... | 360 |
| 1.5.1.2. Arrendamento para a exploração da pecuária..... | 360 |
| 1.5.2. Prazos mínimos para a parceria..... | 360 |
| 1.5.3. Contratos com prazo indeterminado | 362 |
| 1.6. Renovação ou prorrogação do contrato | 362 |
| 1.7. Direito de preferência ou preempção na alienação do imóvel..... | 367 |
| 1.7.1. O direito de preferência em favor do subarrendatário..... | 370 |
| 1.7.2. Concorrência de vários arrendatários | 372 |
| 1.7.3. Concorrência do condômino e do arrendatário no direito de preferência | 372 |
| 1.7.4. Depósito do preço da venda | 373 |
| 1.7.5. Direito de preferência ou indenização por perdas e danos | 374 |
| 1.7.6. Extensão do direito de preferência à parceria | 374 |
| 1.7.7. Abrangência do pedido de preferência a toda a área do imóvel | 375 |
| 1.7.8. Procedimento judicial para o exercício do direito de preferência... | 376 |
| 1.8. Benfeitorias e direito de retenção..... | 377 |
| 1.9. Fixação do preço ou remuneração | 377 |
| 1.9.1. No arrendamento..... | 377 |
| 1.9.1.1. Valor real do imóvel para arbitrar o preço ou remuneração do arrendamento | 379 |
| 1.9.1.2. Preço potencial da área não arrendada..... | 380 |
| 1.9.1.3. Arrendamento de imóvel com benfeitorias..... | 381 |
| 1.9.1.4. Reajuste do preço ou remuneração | 381 |
| 1.9.2. Na parceria..... | 382 |
| 1.10. Extinção do contrato..... | 383 |
| 1.11. Ação de despejo | 385 |
| 1.12. Ação de reintegração de posse..... | 388 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 1.13. | Venda de imóvel rural objeto de arrendamento ou parceria..... | 389 |
| 1.14. | Subarrendamento e subparceria..... | 389 |
| 1.15. | Parceria na exploração de madeiras..... | 390 |
| 2. | Locação de Imóvel Rural..... | 390 |
| 3. | Contrato de Integração nas Atividades Agrossilvipastoris..... | 394 |
| 3.1. | O sistema de integração entre empresas de beneficiamento ou de industrialização de produtos de origem agrossilvipastoril, e o produtor rural..... | 394 |
| 3.2. | A lei que regulamentou o sistema de integração..... | 395 |
| 3.3. | A abrangência de produtos e atividades no contrato de integração..... | 396 |
| 3.4. | Conceitos ou significados de termos e expressões que envolvem a integração..... | 397 |
| 3.5. | O fato socioeconômico que leva à formação de novas figuras jurídicas..... | 400 |
| 3.6. | Da gênese do contrato de integração no fenômeno social..... | 401 |
| 3.7. | A presença de elementos de outros contratos na formação de alguns contratos..... | 402 |
| 3.8. | O contrato de integração frente à parceria rural..... | 403 |
| 3.9. | O contrato de integração frente ao contrato de sociedade..... | 406 |
| 3.10. | A conjugação de elementos da parceria e da sociedade no contrato de integração..... | 408 |
| 3.11. | A relação de integração e conjugação de recursos e esforços..... | 409 |
| 3.12. | Elementos do contrato de integração..... | 410 |
| 3.13. | Requisitos do contrato de integração..... | 412 |
| 3.14. | O fórum nacional de integração (Foniagro)..... | 416 |
| 3.15. | Comissões para acompanhamento, desenvolvimento e conciliação da integração (Cadecs)..... | 417 |
| 3.16. | Normas ambientais e sanitárias..... | 420 |
| 3.17. | Relatório de informações da produção integrada (RIPI)..... | 421 |
| 3.18. | Documento de informação pré-contratual (DIPC)..... | 422 |
| 3.19. | Titularidade das máquinas, equipamentos, instalações e animais entregues pelo integrador ao integrado, e consumo de produtos..... | 423 |
| 3.20. | Direitos do integrado na recuperação judicial ou falência do integrador.... | 424 |
| 3.21. | O contrato de integração e a relação de emprego..... | 425 |
| 3.22. | O tratamento jurídico dado pelos tribunais ao contrato de integração..... | 429 |
| 3.23. | Não incidência de contribuições ou tributos nos contratos de integração... | 435 |
| 4. | Seguro Agrícola ou Proagro..... | 436 |
| 4.1. | A caracterização do seguro..... | 436 |
| 4.2. | A regulamentação específica e a finalidade..... | 437 |

| | | |
|---|--|------------|
| 4.3. | As causas de cobertura..... | 438 |
| 4.4. | Direitos que decorrem do seguro | 439 |
| 4.5. | Fontes de custeio, extensão da cobertura e administração do seguro..... | 441 |
| 4.6. | O Proagro mais | 442 |
| 4.6.1. | A comprovação das perdas | 442 |
| 4.7. | Órgão recursal interno..... | 443 |
| 4.8. | O prêmio ou adicional..... | 443 |
| 4.9. | A responsabilidade passiva | 446 |
| 5. | Compra e Venda de Safra Futura e Revisão Contratual..... | 448 |
| 6. | O Preço Mínimo dos Produtos Agrícolas..... | 453 |
| 6.1. | A previsão legal da garantia | 453 |
| 6.2. | Competência para estabelecer o preço mínimo | 454 |
| 6.3. | As formas de garantia do preço mínimo..... | 456 |
| 6.4. | A fixação do preço mínimo abaixo do custo do produto..... | 458 |
| 6.5. | A venda de produtos abaixo do preço mínimo | 460 |
| 7. | Contratos Atípicos ou Não Regulamentados Especificamente | 461 |
| CAPÍTULO IV – CRÉDITO RURAL..... | | 465 |
| 1. | O Crédito Rural | 465 |
| 1.1. | Configuração e objetivos | 465 |
| 1.2. | Órgãos financeiros que concedem o crédito rural | 467 |
| 1.3. | Destinatários do crédito rural..... | 467 |
| 1.4. | Requisitos para a concessão do crédito rural..... | 468 |
| 1.5. | Condições impostas ao financiado | 469 |
| 1.6. | Tratamento privilegiado concedido pela legislação agrária ao crédito rural... | 470 |
| 1.7. | Títulos de crédito rural | 479 |
| 1.8. | Modalidades de crédito rural..... | 480 |
| 1.9. | Cédulas de crédito rural | 482 |
| 1.9.1. | Características | 482 |
| 1.9.2. | Registro imobiliário das cédulas rurais e emissão pela forma escritural | 483 |
| 1.9.3. | Cobrança judicial das cédulas de crédito rural | 484 |
| 1.9.4. | A impossibilidade de penhora, sequestro e arresto em bens objeto da cédula de crédito rural | 486 |
| 1.9.5. | Perda dos privilégios especiais na transmissão ou transferência dos títulos de crédito rural | 489 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 1.9.6. | Vencimento antecipado da cédula rural..... | 491 |
| 1.9.7. | Cédula rural pignoratícia | 491 |
| 1.9.7.1. | Conceituação | 491 |
| 1.9.7.2. | Finalidade | 492 |
| 1.9.7.3. | Constituição | 492 |
| 1.9.7.4. | Prazo de duração e bens objeto da cédula | 493 |
| 1.9.7.5. | A posse dos bens | 494 |
| 1.9.7.6. | Alienação dos bens | 496 |
| 1.9.8. | Cédula rural hipotecária | 496 |
| 1.9.8.1. | Caracterização | 496 |
| 1.9.8.2. | Objeto da cédula rural hipotecária | 497 |
| 1.9.8.3. | Direitos resultantes da cédula rural hipotecária | 497 |
| 1.9.8.4. | Requisitos do contrato | 498 |
| 1.9.8.5. | Incidência de várias hipotecas sobre o mesmo bem | 499 |
| 1.9.9. | Cédula rural pignoratícia e hipotecária | 500 |
| 1.10. | Nota promissória rural | 501 |
| 1.11. | Duplicata rural..... | 503 |
| 1.12. | Nota de crédito rural..... | 507 |
| 1.13. | Cédula de produto rural – CPR..... | 507 |
| 1.13.1. | Promessa de entrega de produtos e não de pagamento | 507 |
| 1.13.2. | Características, constituição e registro do título..... | 510 |
| 1.13.3. | O endosso e a liquidação..... | 515 |
| 1.13.4. | Caráter cambial | 516 |
| 1.13.5. | A qualificação como título de crédito e a não sujeição à recuperação judicial, ressalvado, porém, o direito à restituição..... | 517 |
| 1.13.6. | A possibilidade de garantias | 518 |
| 1.13.7. | A execução | 519 |
| 1.14. | Equalização dos preços dos produtos e dos encargos financeiros | 520 |
| 1.15. | Cédula imobiliária rural..... | 525 |
| 1.15.1. | Fundo garantidor solidário..... | 526 |
| 1.15.2. | A cédula imobiliária rural e patrimônio de afetação..... | 527 |
| 1.15.3. | Elementos e configuração da cédula imobiliária rural..... | 530 |
| 2. | Agronegócio e Títulos de Crédito | 534 |
| 2.1. | A formação do agronegócio..... | 534 |
| 2.2. | Títulos de crédito criados em função do agronegócio | 536 |

| | | |
|--|--|------------|
| 2.3. | Regramento relativo ao Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e ao <i>Warrant</i> Agropecuário – WA..... | 537 |
| 2.4. | Regramentos relativos ao Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, à Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e ao Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA..... | 540 |
| 2.4.1. | Quanto ao CDCA..... | 542 |
| 2.4.2. | Quanto à LCA..... | 544 |
| 2.4.3. | Regras e princípios comuns aplicáveis ao CDCA e à LCA..... | 546 |
| 2.4.4. | Quanto ao CRA..... | 548 |
| 3. | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf..... | 553 |
| 3.1. | Caracterização e criação do Programa..... | 553 |
| 3.2. | Regulamentação..... | 554 |
| 3.3. | Beneficiários do Pronaf..... | 557 |
| 3.4. | Condições para ter acesso ao financiamento..... | 558 |
| 3.5. | Objetivos do Pronaf..... | 559 |
| 3.6. | Tipos específicos de financiamento..... | 560 |
| 3.7. | Seguro da Agricultura Familiar (Seaf)..... | 561 |
| 4. | O Reajuste dos Preços das Dívidas Agrárias de Acordo com a Equivalência do Preço do Produto..... | 562 |
| CAPÍTULO V – EMPRESA AGRÁRIA..... | | 565 |
| 1. | Empresa Agrária, Agroindústria e Agronegócio..... | 565 |
| 2. | Distinção entre a Empresa Agrária e a Empresa Rural definida no Estatuto da Terra..... | 568 |
| 3. | Empresário Agrário Individual..... | 569 |
| 4. | Estabelecimento Agrário..... | 571 |
| 5. | Cultivares..... | 572 |
| 5.1. | A formação de cultivares..... | 572 |
| 5.2. | Cultivares locais ou tradicionais ou crioulas, e cultivares convencionais, híbridas e transgênicas..... | 575 |
| 5.3. | A obtenção de licença para produzir cultivares..... | 577 |
| 5.4. | A proteção da cultivar..... | 578 |
| 5.4.1. | O prazo de proteção da cultivar e prescrição para a cobrança de <i>royalties</i> | 581 |
| 5.5. | A utilização de cultivares que não constitui violação ao direito de propriedade..... | 582 |
| 5.6. | O preço pelo direito de uso..... | 586 |
| 5.7. | A revalidação no Brasil das cultivares autorizadas no exterior..... | 587 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO VI – O TRABALHADOR RURAL | 591 |
| 1. Estatuto do Trabalhador Rural..... | 591 |
| 1.1. O trabalho rural e incidência do Estatuto..... | 591 |
| 1.2. Tratamento dado ao trabalhador rural | 592 |
| 1.3. Direitos reconhecidos ao trabalhador urbano e ao trabalhador rural | 593 |
| 1.4. Direitos próprios do empregado rural..... | 598 |
| 1.5. Contrato de trabalho rural por pequeno prazo..... | 599 |
| 2. Regime Previdenciário aos que Desempenham Atividades Rurais..... | 601 |
| 3. Aposentadoria por Idade..... | 605 |
| 3.1. O direito à aposentadoria..... | 605 |
| 3.2. Tipos de contribuintes..... | 605 |
| 3.3. A concessão da aposentadoria mediante a comprovação do exercício de atividade rural e dispensa de contribuição | 609 |
| 3.4. O prazo de carência para a aposentadoria | 612 |
| 3.5. Cálculo diferenciado para a apuração do período de contribuição a partir de 2010..... | 613 |
| 4. Aposentadoria por Tempo de Contribuição..... | 614 |
| 4.1. Espécies e condições | 614 |
| 4.2. Prazos de carência e distinção do tempo de contribuição | 618 |
| 4.3. Cômputo do tempo de serviço rural exercido antes da Lei 8.213/1991, sem recolhimento das contribuições, para fins de concessão de aposentadoria..... | 620 |
| 4.4. Contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade rural, urbana e pública..... | 621 |
| 4.5. O valor do benefício..... | 624 |
| 4.6. Documentação para pedir a aposentadoria..... | 624 |
| 5. Aposentadoria do Trabalhador Rural por Invalidez..... | 625 |
| 5.1. A condição da incapacidade total e definitiva para o trabalho | 625 |
| 5.2. Tipos de invalidez e prazos do início do benefício | 626 |
| 5.3. O valor da aposentadoria | 627 |
| 5.4. A carência..... | 628 |
| 5.5. Acréscimo do valor, se necessária a assistência, e cancelamento do benefício | 629 |
| 6. Auxílio-Doença | 630 |
| 7. Auxílio-Acidente | 632 |
| 8. O Benefício da Pensão por Morte do Trabalhador Rural | 634 |
| 8.1. O direito ao benefício, o valor da pensão e a carência | 634 |
| 8.2. Classes de dependentes e beneficiários | 634 |

| | | |
|---------------------------|---|------------|
| 8.3. | Cessação do benefício e redução do valor | 636 |
| 8.4. | Exigências para a concessão..... | 637 |
| 8.5. | Os beneficiários de segurado que tiver morte presumida..... | 638 |
| 8.6. | Inexistência de prazo de decadência para os incapazes | 638 |
| 8.7. | Cumulação da pensão com outros benefícios | 639 |
| 9. | Salário-Família..... | 640 |
| 10. | Salário-Maternidade | 642 |
| 11. | Auxílio-Reclusão | 649 |
| 12. | Abono Anual Acidentário e Abono Salarial Anual | 653 |
| 13. | Seguro-Desemprego..... | 655 |
| 14. | Habilitação e Reabilitação Profissional | 660 |
| 15. | Acidente do Trabalho | 662 |
| 16. | Contribuição Previdenciária de Pessoas Ligadas à Atividade Rural | 667 |
| 16.1. | Contribuição do empregador rural pessoa física | 667 |
| 16.2. | Contribuição devida pela pessoa jurídica que atua na área da agroindústria | 669 |
| 16.3. | Contribuição devida pelo segurado rural especial | 671 |
| 16.4. | Contribuição devida pelo segurado rural individual pessoa física..... | 673 |
| 16.5. | Contribuição de consórcio simplificado de produtores rurais..... | 675 |
| 17. | Funrural..... | 675 |
| 17.1. | A Contribuição Social Rural..... | 675 |
| 17.2. | O contribuinte..... | 676 |
| 17.3. | Empregador rural pessoa física e período anterior à Lei 10.256/2001..... | 677 |
| 17.4. | Pedido de restituição relativamente a pagamentos feitos nos períodos em que não era devida a contribuição | 681 |
| 18. | Contribuição devida ao Incra..... | 683 |
| BIBLIOGRAFIA | | 685 |